

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 462.215 - SC (2018/0193646-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : TONI ISMAEL VENTURA DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PROIBIÇÃO EXPRESSA. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 126.292/SP, devidamente confirmado em repercussão geral pelo Plenário no ARE 964.246, firmou o entendimento no sentido de ser possível a execução provisória da pena após a confirmação, em segunda instância, da condenação imposta ao réu, entendendo a Corte Suprema que a determinação do imediato cumprimento da reprimenda não viola o princípio da presunção de inocência. Precedentes.

2. Este Superior Tribunal de Justiça, embora tenha adotado o entendimento jurisprudencial firmado pelo Pretório Excelso, entendeu inexistir a possibilidade de extensão do novo posicionamento às reprimendas restritivas de direitos, as quais ainda necessitam do efetivo trânsito em julgado para a determinação de seu pronto cumprimento, no termos do art. 147 da LEP. Entendimento firmado no julgamento do EREsp 1.619.087/SC, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Rel. para acórdão Min. JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 24/08/2017.

3. *In casu*, inexistindo o trânsito em julgado da condenação imposta ao apenado, descabe afirmar a possibilidade de determinação do cumprimento provisório das sanções restritivas de direitos.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

